



# INTERNET E SOCIEDADE

Fundação Konrad Adenauer

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

## **Internet e manifestações: novas possibilidades para Movimentos Sociais?**

Juliana Nolasco Ferreira<sup>1</sup>

Em Dezembro de 2010, o suicídio de um vendedor de rua em uma cidade da província de Sidi Bouzid provocou uma onda de protestos na Tunísia. Mohamed Bouazizi, um jovem de 27 anos, ateou fogo ao próprio corpo em forma de protesto contra as más condições de vida onde morava. Após a sua autoimolação, uma série de manifestações ocorreram na Tunísia e as movimentações que se iniciaram em Sidi Bouzid, logo se alastraram por outras localidades do país, resultando na fuga do então presidente Zine El Abidine Ben Ali, após 23 anos no poder.

Esse processo inspirou uma sucessão de manifestações em todo o Oriente Médio e em países como Egito, Yemen, Marrocos e Líbano e ficou conhecido como a Primavera Árabe. Países com regimes políticos e problemas muito diferentes, mas com cidadãos organizados levando suas queixas às ruas e com uma poderosa ferramenta desempenhando um papel estratégico para a mobilização em massa de pessoas: a Internet.

Com a popularização do uso da Internet, novas ferramentas de mobilização política surgem, desafiando a forma como movimentos sociais se organizavam tradicionalmente e como estamos acostumados a nos relacionar com política. Redes sociais como Facebook e Twitter tiveram um papel estratégico em diversas manifestações ao redor do mundo. No entanto, questiona-se o real alcance das redes sociais no que diz respeito a mobilizações. A Internet mudou a forma como se organizam movimentos sociais? Mais que isso, a efetividade dos protestos iniciados na Internet é contestada ao redor do mundo: seria a Internet capaz de promover transformações no campo da política?

Para responder essa questão, primeiramente, buscar-se-á situar historicamente os movimentos sociais. Para a socióloga Maria da Glória Gohn, movimento social refere-se à ação coletiva de um grupo, que busca conquistar mudanças sociais por meio do embate político, de acordo com seus valores e ideologias, dentro de um contexto específico (Gohn, 2010). Inte-

---

<sup>1</sup> Juliana Nolasco Ferreira possui graduação em Administração de Empresas e é mestre em Administração Pública e Governos pela Fundação Getúlio Vargas, onde foi pesquisadora do Grupo de Ensino e Pesquisa em Inovação (GEPI) da Direito FGV (FGV-SP). Trabalhou como Coordenadora Geral de Economia da Cultura e Estudos Culturais do Ministério da Cultura e foi assessora da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, chefiada pelo ministro Roberto Mangabeira Unger. Foi Diretora Executiva da ITS Rio e atualmente é assessora especial no Comitê Gestor da Internet no Brasil.





ressante é perceber que essa análise dos movimentos sociais e sua significação sofrem alterações ao longo dos anos.

Até o início do século XX, as análises em torno dos movimentos sociais estavam centradas na observação das formas de organização e ação dos trabalhadores em sindicatos (Goss, 2003). A perspectiva Marxista da análise dos movimentos sociais começa a ser debatida a partir da década de 60, quando questiona-se se o conceito de luta de classes seria suficiente para explicar os conflitos sociais existentes. A partir daí, outras questões passam a ser consideradas na análise da realidade social, deslocando a atenção de pesquisadores da sociedade política para a sociedade civil e da luta de classes para os movimentos sociais. (Goss; Prudencio, 2004)

É importante destacar que a partir daí outras organizações passam a ser percebidas como essenciais ao processo de mudança social, e movimentos populares e comunitários se fortalecem. Com isso, novas formas de organização e reivindicação são implementadas e novos olhares são lançados para a compreensão do funcionamento dos movimentos sociais. De acordo com o sociólogo Alan Touraine (Touraine, 1998, p. 262):

(...) As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas 'mudar a vida', defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais.

É nesse contexto que novas questões passam a fazer parte das reivindicações destes "novos movimentos sociais", como questões de gênero, direitos LGBT, étnicas, etc. Além disso, surge uma nova forma de organização destes movimentos: as redes. Para Bauman (2001), a importância política das redes se evidencia no mundo após a globalização: a ação coletiva, que se articula em redes, como um tipo de resposta aos problemas gerados pela globalização.

No Brasil, o século XIX pode ser destacado como um marco para o surgimento dos movimentos sociais no país, e mesmo com a ausência de um sistema estruturado de comunicações, alcançaram grande unidade, aglutinando forças sociais (Gohn, 1997). Já no século XX, pode-se verificar a organização de movimentos sociais que resultam na Revolução de 30 e nas diversas reações ao golpe militar nas décadas de 60 e 70, com manifestações como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade até guerrilhas urbanas e rurais.

Já na década de 80, com o processo de retomada da democracia e ampliação das oportunidades de participação, há a multiplicação de movimentos e lutas sociais no Brasil. Nesse momento, as lutas tomaram características de agitação popular, com greves e saques ao comércio, demonstrando o descontentamento social e a necessidade de mudanças. (Gohn, 1995).

Durante os anos 90, há a ampliação de organizações de terceiro setor e muitos movimentos passam a ser transnacionais, e passam a atuar em rede. Para Gohn (2010),

“os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso,



exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade.”

Como reflexo disso, o Brasil enfrentou um contexto de grande agitação social nos anos 2000, resultado de mudanças profundas nas conjunturas política e econômica do país – como também pelo aumento da complexidade das demandas da população. Uma série de manifestações ocorreram, e nestas, podemos destacar novas formas de organizações do movimento social brasileiro e o crescente (e estratégico) uso de redes sociais para a articulação e mobilização de pessoas.

Uma primeira experiência a ser destacada é o bem-humorado protesto conhecido como “Churrascão da gente diferenciada”. Centenas de pessoas reuniram-se em Higienópolis em protesto contra a desistência do Governo de São Paulo de construir uma estação de metrô na avenida Angélica, a principal Avenida do Bairro. O evento, criado primeiramente como uma ironia na rede social Facebook (e que contou com 50 mil interessados, na plataforma), mobilizou estudantes, moradores e integrantes de diferentes movimentos sociais a irem nas ruas de Higienópolis protestar.

Outro importante movimento a ser destacado são as marchas convocadas pelo Movimento Passe Livre em São Paulo. A onda de protestos contra o aumento da tarifa do transporte público e em favor do passe livre levaram milhares de pessoas as ruas no Brasil. De forma similar aos movimentos da Primavera Árabe, as redes sociais também tiveram um papel estratégico seja na mobilização de pessoas para os protestos, seja para a cobertura em tempo real do que acontecia nas ruas. Para Sergio Amadeu<sup>2</sup>:

Claro que tem muitas diferenças, mas pro jovem que estava sem emprego, sem internet, sendo processado por fazer download, sem perspectiva de futuro, aquele jovem foi pra rua, chamado pelas redes, articulado por wiki. Isso aconteceu em Wall Street. Isso aconteceu na Inglaterra. E chegou no Brasil. Então tem uma lógica que é com micro-lideranças, sem grandes estruturas ao redor – quase nenhuma estrutura tradicional convocou essas manifestações –, surgem novas correntes de opinião, mais à esquerda e mais à direita, outras que não são tão conhecidas, ou outros grupos que não tinham tanta relevância de articulação, como os Anonymous, e passa a vários coletivos Anonymous surgirem no país todo... Tudo isso aconteceu e tem muita relação. Porque a internet muda o jeito de fazer política. (da Silveira, 2014)

---

<sup>2</sup> Entrevista dada a Revista “Jornalismo B”, em outubro de 2013. Disponível em: <http://jornalismob.com/2013/10/01/eu-acredito-no-debate-entrevista-exclusiva-com-sergio-amadeu/>. Acessado em Julho de 2014.



No entanto, é no ano de 2015 que percebe-se a massificação do uso de redes sociais para mobilização social. Os panelaços e as diversas manifestações (pró e contra o impedimento da presidenta Dilma Rousseff) que ocorreram pelo país ao longo do ano contaram com o apoio da Internet para a convocação de adeptos aos protestos. Além disso, foram diversos os embates políticos em redes sociais, além de memes e piadas.

Em pesquisa realizada por Pablo Ortellado e Lucia Nader<sup>3</sup> em 12 de Abril de 2015, em uma das manifestações realizadas na Avenida Paulista, quase 50% dos entrevistados afirmaram utilizar "muito" o Facebook como fonte de informação. Estes entrevistados também acreditam em boatos espalhados nas redes sociais: 71% dos participantes da pesquisa concordaram que Lulinha, como é conhecido um dos filhos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é sócio da Friboi e 53% concordaram que o PCC é o braço armado do PT.

Esse talvez seja um dos lados desafiadores da Internet: de que forma a informação que lemos na rede chega até nós e quais escolhas fazemos com essas informações. Um levantamento feito pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação (GPO-PAI/USP), apontou que três das cinco reportagens mais compartilhadas por brasileiros no Facebook entre terça-feira e o sábado que antecedeu a votação do Impeachment eram falsas. Isso significa que a maior parte das notícias mais compartilhadas na semana em que a presidenta da república foi impedida não eram verdade.

Outro risco existente no uso das redes sociais para ativismo político está na falta de proteção de dados pessoais na Internet: com o aumento das possibilidades de interação proporcionado por plataformas como o Facebook, aumentaram também as informações que disponibilizadas na rede, que podem tanto ser utilizadas por empresas que comercializam dados como também por governos, que podem vigiar seus cidadãos. O pesquisador e escritor Evgeny Morozov (2011) argumenta que a Internet também pode ser usada em favor de governos autoritários, seja para controle (e perseguição de manifestantes), como também para a criação de narrativas que defendam a manutenção destes governos:

“A polícia secreta pode agora aprender mais sobre aqueles que se opõe ao estado por meio da leitura de seus perfis - e dos perfis de seus amigos - nos sites de redes sociais. Os ideólogos do Estado podem agora reforçar a legitimidade do regime por meio da criação de propaganda nas novas mídias e afirmar que ela representa "a voz do povo". Os jovens podem ser distraídos para longe da política pelo novo i-ópio das massas e seu estoque online nunca é curto.” (Morozov, 2011, p. 290).

Essa distração pode estar sendo causada pelas plataformas em que acessamos conteúdo online. Há alguns anos, o pesquisador e empreendedor Eli Pariser cunhou a expressão “filtro invisível” (o *filter bubble*) e por meio dela buscou alertar as pessoas de que a Internet estava fechando as pessoas em seus próprios círculos, por meio dos algoritmos que filtram conteúdos, utilizados por empresas como Google e Facebook. Desta forma, podemos estar sendo direcionados a um só tipo de conteúdo e sendo afastados de quem discorda de nós, o que pode resultar em isolamento na rede (apesar da falsa sensação de estarmos partilhando da mesma visão de milhares de pessoas) e em alienação política. Pior ainda, o uso de filtros

---

<sup>3</sup> Pesquisa disponível em: <https://gpopai.usp.br/pesquisa/120415/>. Acessado em Julho de 2016.



pode ser manipulado e resultar no compartilhamento de mentiras infinitas vezes<sup>4</sup>, e quando isoladas, diversas pessoas podem acreditar serem verdade. Em entrevista para a Revista Época<sup>5</sup>, Pariser afirmou que:

“É uma forma muito sutil de censura. Você não é proibido de ver nada, mas sua atenção é dirigida de forma que você não note que a informação existe. Como dependemos cada vez mais dos resultados de busca ou de indicações nas redes sociais para chegar a um conteúdo na internet, o filtro invisível pode esconder páginas e pessoas definitivamente. As consequências disso podem ser muito graves.” (Pariser, 2012)

Morozov aprofunda ainda mais sua crítica ao cunhar o termo *Slacktivism* (ou ativismo preguiçoso), para definir ações onde os esforços digitais fazem com que as pessoas se sintam muito úteis e importantes, mas tenham zero impacto social. O pesquisador argumenta que, quando o custo marginal existente no ato de integrar mais um grupo político no Facebook é baixo, a nossa tendência é fazê-lo, o que nos distrai de fazer algo que fosse realmente contribuir com uma causa. Além disso, fazer parte de grupos em redes sociais, deveria ser um meio, e no ativismo digital, acaba sendo um fim em si mesmo.

Fazendo coro à visão pessimista de Morozov, o jornalista britânico Malcom Gladwell circunlocuou diversas críticas ao uso de redes sociais e seu papel durante a Primavera Árabe: para ele, o ativismo "real" demanda confiança, resultado de interações no mundo *offline*. Essa confiança é necessária para que as pessoas mobilizadas se arrisquem nas movimentações políticas. Assim, o ativismo online não incorre nesse tipo de risco, e portanto, não é real: "*O Ativismo de Facebook faz sucesso não por motivar pessoas a fazer um sacrifício real, mas por motivá-las a fazer coisas que pessoas fazem quando não estão motivadas o suficientes para fazer um sacrifício real.*" (Gladwell, 2010)

Já o comentarista político Ivan Krastev (2014), afirma que as manifestações recentes podem derrubar governos, mas é improvável que elas promovam mudanças políticas econômicas estruturais na sociedade. Krastev (2014) analisou uma série de protestos que aconteceu na Europa na última década e para o autor, os protestantes foram às ruas para expressar a desconfiança que têm das instituições democráticas: eles desconfiam tanto do mercado quanto do Estado, questionam a grande mídia, não reconhecem lideranças e rejeitam organizações formais - eles protestam com clareza sobre o que não querem, sem uma visão propositiva para o futuro.

Apesar destas visões críticas sobre o uso das redes sociais nas manifestações, é fato que a Internet está mudando a política, aumentando o engajamento cívico, o interesse de pessoas pelo tema. Como afirma Sergio Amadeu (2014), não podemos ignorar que as novas tecnologias alteraram as formas de sociabilização contemporâneas:

---

<sup>4</sup> Um caso interessante que aconteceu no Brasil em 2015 foi relatado por Pedro Abramovay: [http://www.brasilpost.com.br/pedro-abramovay/dilma-chip\\_b\\_7487060.html?1433190007](http://www.brasilpost.com.br/pedro-abramovay/dilma-chip_b_7487060.html?1433190007)

<sup>5</sup> Disponível em Revista Época: <http://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2012/08/internet-esconde-quem-discorda-de-voce.html>. Acessado em Julho de 2016.



Se é verdade que não devemos cair no extremo de um “determinismo tecnológico” segundo o qual as inovações que ocorrem no sistema econômico e nos meios de comunicação geram automaticamente novas modalidades de ação coletiva e de comportamentos humanos, sem a mediação das escolhas estratégicas dos atores sociais, também não devemos cair no outro extremo de deixar de levar em conta os impactos de tais inovações tecnológicas nas formas de sociabilidade contemporâneas. (da Silveira, 2014)

Assim, um novo modelo democrático pode emergir por meio do uso das ferramentas digitais, com a promoção de oportunidades de participação e de maior transparência por parte dos Estados. Para Ronaldo Lemos (2011)<sup>6</sup>, a democracia já está sendo profundamente transformada pelo uso das novas mídias: *"cada vez que uma mídia nova surge, emergem novos hábitos e práticas, alguns incontrolláveis e outros imprevisíveis. Foi assim com a imprensa, o rádio e a TV, que mudaram profundamente a forma de fazer política. O mesmo acontece agora."*

Uma das primeiras mudanças que podem ser aqui destacadas é a capacidade de transparência e compartilhamento de dados por parte do Estado. A Internet facilitou de forma inédita o acesso de cidadãos a dados governamentais. E há um esforço de diversos governos para tornar seus dados mais acessíveis e interoperáveis, de forma a facilitar o seu uso e análise por parte dos cidadãos. Para isso, a Internet tem tido um papel preponderante, pois facilita não só o acesso como também a criação de análises e narrativas em torno dos dados divulgados. De forma a ilustrar esse ponto, pode-se destacar o projeto Observa Sampa, iniciativa da prefeitura de São Paulo que por meio da disponibilização de plataforma online, torna públicos indicadores georreferenciados, em dados abertos, capazes de mensurar a qualidade de vida dos paulistanos, o acesso a equipamentos, assim como indicadores de desempenho da prefeitura.

Outra mudança que pode ser percebida é a redução de intermediários na política. Da mesma forma como em outras áreas as ferramentas digitais aproximaram produtores de conteúdo de seus consumidores, a Internet aproximou cidadãos do Estado e se tornou uma ferramenta que cria oportunidades de múltiplas parcerias entre o cidadão e o formulador de políticas públicas. Um exemplo disso é a criação, no Brasil, do Marco Civil da Internet<sup>7</sup>, também conhecido como a Constituição da Internet, e seu o processo de formulação se utilizou da própria Internet para a consulta e colheita de ideias da sociedade.

Por fim, é importante perceber que as pessoas mudaram. Há um novo perfil de ativista político, conectado às redes e que rejeita (e muitas vezes desconhece) os métodos tradicionais

---

<sup>6</sup> Entrevista fornecida ao Instituto Humanitas Unisinos, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/45839-a-democracia-esta-sendo-transformada-pelas-redes-sociais-entrevista-especial-com-ronaldo-lemos>

<sup>7</sup> Durante quase uma década a sociedade civil brasileira amadureceu o debate sobre a necessidade de um quadro jurídico de regulação para a Internet que fosse condizente com a realidade social, econômica e cultural do país. As propostas evoluíram de um PL que poderia criminalizar atividades online comuns para um marco civil de direitos para a Internet. Nesse processo, a sociedade civil organizada desempenhou um papel importante na formação de um debate em torno das formas desejáveis de regulação e mobilizou um diálogo com o governo, por meio da utilização em massa de ferramentas digitais.



de fazer política. A nova configuração social é extremamente conectada, empoderada e muito ativa. Muitas vezes essa geração de ativistas rejeita os partidos e experimenta uma multiplicidade de novas práticas políticas que emergem a partir da utilização de redes sociais, como novas formas de comunicação (e a criação de novas narrativas políticas), de difusão de conhecimento sobre o sistema político e criam ferramentas digitais para o controle social.

Corroborando com essa visão, Nina Hall e Phil Ireland afirmam que há um novo modelo de ativismo surgindo, resultando em diversas vitórias ao redor do mundo. Para os pesquisadores, esse grupos são reativos, ágeis, trabalham com diferentes temas ao mesmo tempo e de forma colaborativa, usando a Internet e outras tecnologias móveis para mobilizar milhares de pessoas. Assim como outros setores estão sendo modificados, estes movimentos representam “uma mudança disruptiva na forma de organização da sociedade civil, de forma similar com o que aconteceu com taxis (Uber), hotelaria (Airbnb) e produção de conteúdo (Google e Facebook). Está na hora de começarmos a prestar mais atenção nesse modelo de mudança social”. (Hall, Ireland, 2016)

A conectividade gerada pela internet tem sido essencial para a mobilização de grandes quantidades de pessoas nas recentes movimentações políticas ao redor do mundo. As redes sociais incluíram no debate político pessoas que anteriormente não se interessavam ou desconheciam assuntos relacionados à política e que agora vão às ruas protestar. Pode-se afirmar que a Internet e as manifestações funcionaram como uma porta de entrada para que mais cidadãos busquem se envolver com a vida política de seu país.

A utilização das ferramentas digitais na política está alterando a forma como as pessoas se conectam, alterando também a forma como se organizam movimentos sociais ao redor do mundo. A Internet sozinha não é capaz de mudar o mundo, mas a sua utilização facilita a promoção de transparência, de participação e de novas formas de aprendizagem e comunicação.

Para que a Internet possa ser um ambiente profícuo para o debate e construção de novas ferramentas de participação e reivindicação democráticas, precisamos encará-la também como um campo de batalha política. Para isso, precisamos lutar para garantir um arcabouço regulatório que promova a rede como um recurso global, aberto e acessível a todos e proteja o direito a privacidade dos cidadãos. Somente assim conseguiremos promover o diálogo, mobilização e oportunidades de participação. A Internet talvez seja a nossa oportunidade de termos uma sociedade engajada, ativa e apaixonada pela transformação social.



## BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DA SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *Revista Usp* 86, 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_ *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.

\_\_\_\_\_ *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995a.

\_\_\_\_\_ *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOSS, Karine Pereira. *Identidades militantes em ações coletivas contemporâneas em Florianópolis (SC)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

GOSS, Karine; PRUDENCIO, Kelly. *O conceito de movimentos sociais revisitado*. *Revista Em Tese*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. [www.cfh.ufsc.br/emtese](http://www.cfh.ufsc.br/emtese), 2004.

HALL, Nina, Ireland, Phill. *Transforming Activism: Digital Era Advocacy Organizations*. *Stanford Social Innovation Review* 6.4, 2016

KRASTEV, Ivan. *Democracy Disrupted: The politics of global protest*. University of Pennsylvania Press, 2014.

MOROZOV, E. *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*. *PublicAffairs*, 2012.

TOURAINÉ, Alain. *Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático*. Tradução de Modesto Florenzano. São Paulo: EDUSC, 1998